

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O ATENTADO DE SERAJEVO E AS ORIGENS DA GRANDE GUERRA

Em 28 de Junho de 1914, o arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono e sobrinho do imperador da Áustria, Francisco José, visitou Serajevo, a capital da Bósnia-Herzegovina, anexada pelos austríacos contra os interesses da Sérvia, em 1908. A visita do príncipe herdeiro no próprio dia de aniversário da batalha de Kosovo Polje, que ocorrera em 28 de Junho de 1389, podia ser entendida como uma provocação. Para os austríacos, era necessário que o passado da Sérvia pertencesse à História. Esta intenção funcionava como razão suficiente para trazer à memória dos sérvios esse mesmo passado. Por isso, para os jovens desta nacionalidade, tal visita exigia um castigo. Nessa época, o movimento terrorista Mão Negra, sediado em Belgrado, encontrava-se em conflito com o governo sérvio de Pasic. Acusava-o de traição, pois o executivo considerava os seus actos irresponsáveis e temia que os excessos da organização desencadeassem uma intervenção armada da Áustria. Pasic foi alertado de que um atentado iria ser cometido no momento da ida de Francisco Fernando a Serajevo e quis evitar a acção dos seus serviços secretos, membros da Mão Negra. Através do seu representante em Viena, tentou explicar aos austríacos que essa viagem poderia terminar em tragédia. Para além disso, ordenou ao coronel Apix que tomasse as medidas necessárias de forma a evitar qualquer incidente.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20).

Contudo, os revolucionários sérvios na Bósnia escapavam ao controle dos seus serviços secretos e os seis jovens sérvios bósnios que tinham organizado o atentado recusaram submeter-se às ordens de Belgrado. Eles pertenciam ao grupo Jovem Bosnia, composto de intelectuais e de estudantes hostis à ocupação austríaca, e beneficiavam da ajuda material da já mencionada organização Mão Negra. O 28 de Junho era uma data de grande importância na memória nacional sérvia, pois simbolizava a resistência desesperada ao invasor otomano no século XIV. Ora, foi precisamente esse dia que os conjurados escolheram para assassinar o herdeiro do trono austríaco.

Numa primeira tentativa, foi lançada uma única granada, a qual só feriu algumas pessoas. Um pouco mais tarde, Gavrilo Princip aproveitou uma nova passagem do cortejo para atirar sobre Francisco Fernando e sua esposa, Sofia, que morreram em consequência dos ferimentos sofridos. Aquele filho de uma família de pequenos camponeses aderiu ao grupo Jovem Bósnia em 1911, com a idade de dezassete anos. Ele começou esse dia 28 de Junho indo recolher-se junto do túmulo de Bogdan Zerajic, o autor de um atentado falhado contra o imperador Francisco José perpetrado em 1910. Princip inscreveu-se assim, voluntariamente, na linha dos heróis sérvios que lutaram contra a potência austríaca. Porém, desta vez o seu gesto teria consequências mais sérias ao arrastar, dentro de um mês, a Europa para a guerra⁽¹⁾.

O atentado de Serajevo não causou grande emoção na família real. O monarca desconfiava das concepções liberais do seu herdeiro, que os militares criticavam severamente. Francisco José teria declarado que ele "não possuía os meios para garantir a ordem". Fizeram-se ao príncipe-herdeiro exéquias de "terceira classe" e nem em Budapeste nem na capital foi proclamado o luto nacional. Segundo Marc Ferro, "Viena continuou

⁽¹⁾ Bruno Cabanes, "L'attentat de Serejevo", in *Les collections de l'Histoire, 1914-1918, La Grande Guerre*, octobre-décembre 2003, p. 18. Sobre as origens da guerra, cf. 1914. *Les psychoses de guerre?*, Rouen, Publications de l'Université de Rouen, 1985; J. Droz, *Les Causes de la Première Guerre mondiale. Essai d'historiographie*, Paris, Le Seuil, 1973, reed, 1997; J. Joli, *The Origins of the First World War*, Londres-New York, Longman, 1984; T. Lindemann, *Les Doctrines darzoininiennes et la guerre de 1914*, Paris, Economica, 2001.

Viena e a música não parou de tocar"⁽²⁾. Mas o acontecimento pareceu a certos dirigentes austríacos uma boa oportunidade para eliminar a Sérvia, responsabilizada por este acto terrorista. Assim, o "belicismo suicidário dos dirigentes austro-húngaros", apoiados pelo imperialismo alemão, incendiou o barril de pólvora balcânico no Verão de 1914.

O conflito era inevitável numa Europa dividida em dois campos? Na verdade, enquanto de um lado tínhamos a "Tríplice Entente" (1907), que reunia a França, a Grã-Bretanha e a Rússia, do outro existia a "Tríplice Aliança" (1882), que reagrupava a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália. Este último país ficaria neutro, em 1914, acabando por entrar em guerra ao lado dos Aliados em 23 de Maio de 1915. Por outro lado, havia Estados próximos da Tríplice Entente, como a Bélgica, a Roménia, a Sérvia, a Albânia, a Grécia e Portugal, enquanto o Império Otomano e a Bulgária se situavam na área de influência da Tríplice Aliança. A Espanha, os Países Baixos, a Dinamarca, a Suíça, a Noruega e a Suécia eram países neutros. Foi neste quadro geopolítico que as alianças estabelecidas pelas potências europeias lhes criaram uma verdadeira armadilha e precipitaram os países na guerra⁽³⁾.

Não se pode dizer, na linha de análise marxista-leninista clássica, que a guerra resultou apenas de um conflito entre imperialismos que disputavam entre si os mercados mundiais⁽⁴⁾. Acreditamos que a dimensão económica

⁽²⁾ Marc Ferro, *A Grande Guerra 1914-1918*, Lisboa, Ed. 70, pp. 63-64. Para além desta obra de carácter geral, cf. também: A. Becker et S. Audoin-Rouzeau, *La Grande Guerre 1914-1918*, Paris, Gallimard, "Découvertes", 1998; *1914-1918. Retrouver la guerre*, Paris, Gallimard, 2000, réed. Folio-Histoire, 2003; J.-J. Becker, *L'Europe dans la Grande Guerre*, Paris, Belin, 1996; J.-J. Becker et alii, *Guerres et cultures, 1914-1918*, Actes du colloque de Péronne, 1992, Paris, Armand Colin, 1994; J.-J. Becker et S. Audoin-Rouzeau, *Les Sociétés européennes et la guerre de 1914-1918*, Presses de l'Université Paris-X-Nanterre, 1990; *Encyclopédie critique de la Première Guerre mondiale*, Paris, Bayard, 2004; J.-B. Duroselle, *La France et les Français, 1914-1918*, Paris, Publications de l'Université Paris-I-Panthéon-Sorbonne, "L'Univers contemporain", 1972; J. Keegan, *La première Guerre mondiale*, Paris, Perrin, 2003; M. Winock, *1914-1918*, Paris, Perrin, 2003.

⁽³⁾ Jean-Jacques Becker, "Le Conflit était-il inévitable?", in *Les collections de l'Histoire*, octobre-novembre 2003, pp. 12-13. Sobre a diplomacia durante a guerra, leia-se a obra clássica de P. Renouvin, *La crise européenne et la Première Guerre mondiale*, Paris, PUF, "Peuples et civilisations", 1969.

⁽⁴⁾ Cf. Lénine, *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lisboa, Ed. Avante, 1975.

tem grande importância para a explicação das origens da guerra, mas revela-se insuficiente se não lhe juntarmos o político (e a política) assim como a influência das ideias, que não nascem nem se desenvolvem por simples causas materiais. Na verdade, elas expressam-se, matizam-se e opõem-se num campo com uma certa autonomia, embora não guiem os nossos destinos como se fossem o motor da história. Recordemos, neste ensejo, que Engels, numa carta enviada a Joseph Bloch em 21 de Setembro de 1890, rejeitava o economicismo em nome da inter-influência dialéctica entre as diferentes componentes da história entendidas como um todo⁽⁵⁾. Nesta perspectiva, embora "armados" teoricamente, teremos que evitar o simplismo da análise e, a partir desta rejeição, assumir modestamente o nosso desconhecimento sobre a relação de causalidade entre o belicismo e a própria guerra num momento de grande fragilidade e de fracasso do internacionalismo pacifista. Na realidade, apesar dos discursos, das acções e dos pensamentos sinceros, não foi possível evitar o surgimento dos nacionalismos que superaram a unidade do proletariado e do género humano defendida pela Internacional Socialista que, nos seus congressos ou manifestações, revelava o pacifismo. Lembremos, neste ensejo, o assassinato do líder socialista Jean Jaurès (ele que tentou salvar a paz até ao último minuto) em 31 de Julho de 1914, por um nacionalista, Raoul Villain, no "Café du Croissant". O enterro de Jaurès, em 4 de Agosto, seria a primeira manifestação da União Sagrada. Rompia-se com o antimilitarismo e adería-se à noção de defesa nacional: "Jaurès morreu! Viva a França".

O grande tema da Internacional Socialista tornara-se, no princípio do século XX, a defesa da paz. A Secção francesa (SFIO), unificada em 1905, foi um dos agentes mais activos desse pacifismo. Um debate muito agitado iniciou-se cedo, a partir das posições extremistas de Gustave Hervé, cujo antimilitarismo e antipatriotismo, proclamados a partir de 1900, se inspiraram largamente no sindicalismo revolucionário. Em nome da luta de classes, e contrariamente à tradição do socialismo francês, Hervé recusava a ideia de uma guerra defensiva e pregava a insurreição em caso de conflito internacional. Estas posições radicais que ele manteve até 1912, ilustradas numa brochura intitulada *O Antipa-*

⁽⁵⁾ Cf. "Engels à Joseph Bloch (à Koenigsberg)", in Karl Marx et Friedrich Engels, *Oeuvres Choisies*, Moscou, Editions du Progrès, 1975, pp. 712-714.

triotismo, polarizam em volta dele e do seu jornal um movimento matizado de anarquistas, de sindicalistas e de socialistas revolucionários, minoria barulhenta denunciada no seio da SFIO por Jules Guesde e que tenta domesticar Jean Jaurès. Mais tarde, Gustave Hervé celebrou o "patriotismo revolucionário" e ligou-se à União Sagrada.

Jaurès tinha-se imposto como um campeão da paz na cena internacional, após 1905. Reticente em relação ao radicalismo de Hervé, profundamente patriota, convencido da legitimidade da defesa nacional, Jaurès manteve-se obcecado pela ameaça da guerra. O líder socialista, durante nove anos, vai desenvolver todos os seus esforços para prevenir o cataclismo que ameaça a Europa. O primeiro Congresso da Internacional Socialista lançou o alerta pela primeira vez em 1905, prosseguido numa cidade alemã, em Estugarda, em 1907. Os seus trabalhos são dominados pelo afrontamento das teses francesas e alemãs.

Finalmente, todo o debate se concentrou em torno de dois textos: o dos alemães Bebel, Haase e Vollmar; e o dos franceses Jaurès e Vaillant. Este preconizava, para prevenir a guerra, todos os meios, "até a greve geral e a insurreição". Os franceses, divididos, vão encontrar-se em minoria. Mas, na elaboração do texto final, uma extrema-esquerda que contava com Rosa Luxemburgo e Lênine conseguiu fazer admitir uma emenda revolucionária, segundo a qual, em caso de guerra, "as camadas populares" deveriam ser levadas "a precipitar a queda da dominação capitalista".

Quando se realizou o congresso seguinte, em Copenhaga, em 1910, a atitude a tomar face à guerra permaneceu uma questão central. Édouard Vaillant e Keir Hardie pregam a "greve geral operária" para impedir a guerra, mas a maioria, seguindo o conselho alemão, recusa o voto desta emenda, reenviada a um exame ulterior. A ideia é retomada pouco tempo depois, quando surgem novas alertas de guerra: o caso de Agadir (em 1911), a guerra italo-turca e a guerra balcânica de 1912. Neste ano, um congresso extraordinário é convocado para Basileia, em 24 e 25 de Novembro. No domingo precedente, manifestações em favor da paz desenrolam-se em vários países da Europa, em resposta ao apelo do *Bureau* socialista internacional. Em França, junto de Pré-Saint Gervais, uma imensa reunião de 100 000 pessoas escuta os oradores da Internacional, especialmente o alemão Scheidemann, o inglês MacDonald e o francês Vaillant, que relança a palavra de ordem de greve geral e de insurreição. No mesmo momento, Jaurès participa em dois *meetings*

em Berlim. O prefeito da polícia impede-o de falar francês. Segundo o jornal *L'Humanité*, de 18 de Novembro de 1912, que ele próprio dirigia, Jaurès teria acabado o seu discurso na língua de Goethe proclamando: "Taz aos povos e guerra à guerra".

O congresso de Basileia permaneceu muito tempo nos espíritos. Ficou a recordação do desfile dos delegados nas ruas da velha cidade renana, da reunião na catedral protestante, cujos sinos tocaram a toda a velocidade no momento da subida ao púlpito de Jaurès, mais apóstolo da paz do que nunca. "Eu penso, diz ele, na divisa que Schiller inscreveu à cabeça do seu magnífico poema '*O Canto do sino Vivos voco*'. Chamo os vivos para que eles se defendam contra o monstro que aparece no horizonte". A catedral era atravessada por um sentimento fervoroso e unânime: nestas horas de comunhão, pautadas pelo ódio à guerra, todos se sentiam certamente elevados num espírito de fraternidade. Pensava-se que a greve geral se discutiria no próximo congresso, previsto para Viena. De facto, este nunca teria lugar e os dirigentes dos partidos socialistas dos diferentes países, todos hostis à guerra, mostraram-se incapazes de uma atitude comum. A análise da situação internacional divergia. Os alemães, mais optimistas do que os franceses, defendiam a tese segundo a qual as tendências imperialistas do capitalismo estavam em contradição com a guerra. Eles temiam que uma palavra de ordem de greve geral e de insurreição não trouxesse vantagens aos países onde os partidos socialistas eram mais fracos, em detrimento dos Estados onde o socialismo era forte e organizado, como era o caso na Alemanha.

Os alemães, tal como os franceses, entendiam defender, contra uma ameaça exterior, as aquisições políticas e sociais de que estavam orgulhosos. Os socialistas franceses, os mais antimilitaristas, convenciam-se da sua superioridade histórica sobre os vizinhos de além-Reno: eles habitavam a pátria da Revolução, viviam na república e tinham uma herança a proteger para o próprio futuro da humanidade. Cada um teria boas razões, uma vez a guerra vinda, de servir os exércitos nacionais em nome do próprio ideal socialista.

Desde 1912, Gustave Hervé enterra o seu antimilitarismo e, mais tarde, em 1 de Janeiro de 1916, troca o título do seu jornal *A Guerra Social* por *Vitória*. Se é verdade que muitos combatentes da paz, membros da SFIO ou da CGT, ficaram até ao fim fiéis aos seus princípios, a evolução de Hervé enquadra-se num movimento mais geral de *ralliement* à União Sagrada. Quando se sonha com Léon Jouhaux, secretário-geral da CGT,

lembramo-nos de que em 1913 fazia ainda uma conferência em Berlim sobre o tema pacifista "Ao grito lúgubre das hienas da finança, ao grito feroz dos tigres do patriotismo, trabalhadores alemães e trabalhadores franceses, respondamos pelo grito, sempre mais vibrante, de: abaixo a guerra!" Em 4 de Agosto, sobre o túmulo de Jaurès, justifica a guerra que começa pelo "ódio do imperialismo alemão". A vaga nacionalista ultrapassava as últimas resoluções do movimento operário. Os sinos de Basileia tinham tocado para nada⁽⁶⁾.

Como afirmou o historiador Pierre Grosser, Viena foi a coveira da Europa, no contexto da crise do Verão de 1914, e aos seus dirigentes cabe a responsabilidade directa pelo desencadear do conflito num quadro de excelentes relações diplomáticas com a Alemanha⁽⁷⁾. Muitos historiadores alemães admitem que o apoio dado pelas autoridades germânicas à Áustria-Hungria, após o assassinato de Francisco Fernando, desempenhou um grande papel na evolução dos acontecimentos. Algumas declarações de dirigentes alemães fazem pensar que eles estavam decididos a fazer a guerra. O chefe do estado-maior Von Moltke declarou que considerava "a guerra inevitável" e que "quanto mais cedo melhor". Porém, estes propósitos suscitaram pouco entusiasmo nos meios dirigentes do país. Por exemplo: o chefe da marinha, o almirante Von Tirpitz, era particularmente reticente em relação às ideias belicistas. Por seu lado, o imperador Guilherme II acreditava na inevitabilidade da guerra, porque pensava que a França a queria.

Neste ensejo, perguntemos: por que não se pôde resolver a crise aberta pelo atentado de Sarajevo pela via diplomática, tal como já se tinham regulado outras crises? O historiador alemão Wolfgang J. Mommsen responde "que a ideia da guerra inevitável tinha-se espalhado na Alemanha". Durante vários anos, a teoria do "social imperialismo" interessou a historiografia alemã. Ela atribuía a vontade de recorrer

⁽⁶⁾ Sobre o fracasso do pacifismo, cf., por exemplo: Claude Digeon, *La crise allemande de la pensée française 1870-1914*, Paris, PUF, 1959; R. Girardet, *Le Nationalisme français*, Paris, Le Seuil "Points-Histoire", 1983; H. Goldberg, *Jean Jaurès*, Paris, Fayard, 1970; *Pacifisme et internationalisme, XVII-XX siècle*, Paris, Armand Colin, 1966; Michel Winock, "L'Échec des Pacifistes", in *Les collections de l'Histoire 1914-1918, La Grande Guerre*, octobre-décembre 2003, pp. 22-23.

⁽⁷⁾ Pierre Grosser, "Vienne, Fossoyer de l'Europe", in *Les collections de l'Histoire 1914-1918, La Grande Guerre*, octobre-décembre 2003, p. 13.

ao imperialismo e à luta contra as classes dominantes, para impedir o crescimento das forças democráticas e do socialismo. De facto, não são as eútes dominantes, mas sim as classes médias e os intelectuais, que, durante este período, sustentam o nacionalismo e o militarismo na Alemanha. Nos meios conservadores, a ideia de urna guerra regeneradora para uma sociedade demasiado materialista era muito habitual e os sectores nacionalistas davam eco a esta ideia de lutar contra o "amolecimento moral e físico" da nação. A direita estava convencida de que urna guerra seria favorável à consolidação da ordem tradicional e que permitiria, além disso, controlar a social-democracia. As mesmas ideias animavam os meios militares, onde as tendências belicistas eram cultivadas, factos importantes tendo em conta o papel privilegiado do corpo de oficiais na sociedade alemã. Além disso, tradicionalmente, existiam fortes ligações entre conservadores, aristocratas, proprietários fundiários e oficiais⁽⁸⁾.

A propaganda conservadora em prol de uma política externa agressiva encontrou eco na opinião pública alemã que, na sua maioria, rejeitava a ideia de uma guerra. Ao contrário, uma larga fracção da burguesia pensava que, se não era preciso "forçar" a guerra, não se devia recuar se os interesses alemães fossem ameaçados. Daí a aceitação fatalista da guerra difundida pela imprensa na opinião pública alemã. Mesmo uma parte da esquerda socialista evoluiu da recusa da guerra à necessidade de se defender. Sobre este fundo, certos acontecimentos fizeram que o discurso sobre a "guerra inevitável" fosse cada vez melhor recebido. Em 1912, o general Von Bernhardi publicou *A Alemanha e a próxima guerra*, sobre o tema da grande guerra inevitável, e, em 1913, lançou a lume *A guerra de hoje*, na qual se fazia uma síntese do pangermanismo. A imprensa de direita reservou-lhe um acolhimento entusiasta, enquanto os grandes jornais liberais, ou socialistas, se indignavam ainda com esta propaganda guerreira⁽⁹⁾. As guerras balcânicas fizeram eclodir o tema da confrontação inevitável entre germanos e eslavos.

A França, aliada da Rússia, não podia ficar fora deste afrontamento. O presidente da República, Raymond Poincaré, não desejava a guerra, embora pensasse que a França devia ser firme. Ora, esta firmeza não seria

⁽⁸⁾ Jean-Jacques Becker, *ibidem*, pp. 12-13.

⁽⁹⁾ *Idem*, *ibidem*, p. 14.

possível se a aliança russa não fosse salvaguardada. A opinião pública francesa desempenhou um pequeno papel nesta posição. O nacionalismo revanchista, que tinha representado a "Liga dos patriotas" de Déroulède, diminuía rapidamente e era apenas uma mera sobrevivência. Por seu lado, o nacionalismo da "Action Française", para além de um anti-germanismo verbal virulento, visava mais estrangular a República do que combater a Alemanha. Nesta conjuntura, a França comprometeu-se no desenvolvimento das suas capacidades ofensivas. Como a opinião pública não fora conquistada para a guerra, isso explica a surpresa e a consternação que caracterizaram a natureza das campanhas - a França era ainda um país maioritariamente rural - quando a mobilização geral foi decretada. Mesmo para o espírito pacífico francês, nas condições daquele momento, a haver uma guerra só poderia ser contra a Alemanha. Além disso, os políticos - o Presidente Poincaré e os seus amigos - acreditavam que, para conservar a aliança da Rússia, era preciso que este país tivesse confiança nas capacidades ofensivas do exército francês. Por isso, era necessário evitar qualquer distanciamento das forças alemãs⁽¹⁰⁾.

As atitudes da Rússia e da Grã-Bretanha foram de cariz diferente. Quando o conflito ameaçou, a opinião russa, quer dizer a das cidades, da aristocracia, da burguesia, das classes populares, adoptou igualmente a ideia de guerra. Um vasto movimento patriótico emergiu e manifestações de entusiasmo belicoso tiveram lugar em São Petersburgo. Ao contrário, a imensa maioria da população rural ficou passiva, ignorante ou indiferente ao que se passava. Em todo o caso, a pressão da opinião pública teve o seu efeito nas decisões governamentais da Rússia, as quais tentavam evitar o comprometimento dos seus interesses materiais. Por seu lado, os meios militares, em particular, não eram hostis a uma grande política balcânica⁽¹¹⁾.

Se a psicose da guerra era forte na Alemanha e presente em França, não aconteceu o mesmo na Inglaterra. Os ingleses tinham vivido, em 1909, uma situação de pânico naval, quando o crescimento da frota de guerra alemã apareceu como uma ameaça para a superioridade britânica. Depois disso, o esforço despendido pela Grã-Bretanha enfraqueceu esta inquietação e apaziguou o medo. O pacifismo dos britânicos levou à

^m*Idem, ibidem*, pp. 14-15.

⁽¹⁰⁾*Idem, ibidem*, p. 15.

indiferença em relação à guerra, facto que foi acompanhado na opinião pública e entre os responsáveis por uma ausência de reflexão sobre o que poderia ser o exército de uma guerra moderna. Apesar disso, os ingleses apenas acreditavam numa "pequena guerra".⁽¹²⁾

E se era este o panorama nas opiniões públicas, somente o acidente ocorrido em Serajevo mergulhou a Europa na guerra a uma velocidade que surpreendeu os contemporâneos. Quando Jaurès tomou consciência da gravidade da crise, ficou convencido de que ela seria longa. Porém, foram os falcões da Corte de Viena (uma dezena de pessoas), os responsáveis directos pelo desencadear do conflito, apoiados que estavam na Alemanha de Guilherme II* ⁽¹³⁾. É certo que os ódios e as paixões nacionalistas contribuíram, em muito, para o início da guerra, mas o principal actor da crise de Julho de 1914, o conde Berchtold, ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, defendeu a ideia de que um golpe de força permitiria regular o problema sérvio, ao mesmo tempo que desejava evitar uma guerra com a Rússia, tradicional aliada dos eslavos do sul. Por outro lado, o ministro da Guerra sérvio, Alexander von Krobotin, argumentava que o equilíbrio de forças evoluía num sentido desfavorável aos interesses austríacos e, por isso, a guerra devia fazer-se "agora ou nunca".

O primeiro erro de cálculo do governo alemão foi o de não ter acreditado na intervenção russa. Por outro lado, não havia unanimidade entre os dirigentes austríacos, mas a Áustria-Hungria tinha passado à acção dirigindo um *ultimatum* à Sérvia após longas hesitações. Da mesma forma, os dirigentes russos estavam divididos, mas os partidários de um firme apoio à Sérvia, liderados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Sazonov, venceram. Após a Áustria ter declarado guerra à Sérvia em 28 de Julho, a Rússia foi a primeira a decretar a mobilização geral na tarde de dia 30, a qual encontrou resposta, à noite, através da mobilização geral austríaca⁽¹⁴⁾.

Para a Alemanha, não se colocava em causa qualquer abandono da Áustria-Hungria, o seu aliado mais importante. A isto junta-se o crescimento do medo provocado pela Rússia, no decurso dos últimos anos. Assim se compreende que a Alemanha tenha tentado parar a

⁽¹²⁾ *Idem, ibidem*, p. 16.

⁽¹³⁾ Pierre Grosser, *ob. cit.*, p. 27.

⁽¹⁴⁾ Jean-Jacques Becker, *ob. cit.*, p. 19.

mobilização das forças russas e que, por falta de resposta, lhe tenha declarado a guerra no 1.º de Agosto.

A França, que não tinha sido avisada da mobilização russa e que desaprovava uma precipitação que os factos não justificavam, não podia, por seu turno, deixar esmagar o seu aliado russo. Exactamente no mesmo momento, a França e a Alemanha lançaram a ordem da mobilização geral.

O segundo erro de cálculo alemão foi pensar que o Reino Unido não interviria, enquanto o erro do governo britânico foi o de não desenvolver uma acção diplomática séria para impedir a guerra⁽¹⁵⁾. A pressão britânica não conseguiu fazer recuar a Alemanha, mas a Inglaterra não podia admitir uma modificação profunda no equilíbrio europeu, perigosa a prazo para este país, e aproveitou a emoção provocada pela invasão da Bélgica para intervir. Assim, na sequência de uma mistura complexa de vontades e de resignações, de circunstâncias acidentais e de erros de cálculo, a Europa e o mundo, por extensões sucessivas, encontraram-se mergulhados, em alguns dias, numa guerra que quase ninguém tinha desejado.

Sem o atentado de Serajevo e as suas consequências - as decisões tomadas pelas potências germânica e russa -, a guerra "inelutável" não teria tido lugar, e uma guerra diferida pode ser frequentemente uma guerra evitada, tal como explicou Deng Xiaoping numa entrevista dada em 1980. Nada prova que, alguns anos mais tarde, esta ideia da "fatalidade da guerra", que desempenhou um tão grande papel nas decisões alemãs, não teria sido dissipada. Aliás, o general Friedrich von Bernhardt, já referido, na sua obra *Nosso futuro*, escreveria: "É na selecção que reside a força criadora da guerra. Porque a guerra, e a guerra só, opera uma tal selecção, ela é uma necessidade biológica, um regulador indispensável da vida da humanidade, porque, sem ela, efectuar-se-ia uma evolução doentia, excluindo todo o progresso da espécie e, por consequência, toda a real cultura"⁽¹⁶⁾.

Nos anos anteriores ao conflito, surgiu uma nova juventude nacionalista que rompeu com a visão da geração precedente, julgada derrotista, decadente, céptica e narcísica. Agathon (pseudónimo de Alfred de Tarde)

⁽¹⁵⁾Mcm, *ibidem*.

⁽¹⁶⁾Cit. por Michel Winock, *ob. cit.*, p. 21.

revelava na elite em formação rapazes de dezoito a vinte e cinco anos que eram promessas de um renascimento. Este autor exaltava o "gosto da acção, a sua recusa do diletantismo, o seu amor pelo desporto, o seu anti-intelectualismo". Ao humanitarismo e positivismo do século XIX, os estudantes liceais opunham a moral heroica de Nietzsche, quando o liam. Redescobriam os valores do sentimento, do instinto, da intuição e muitos reencontravam o caminho da Igreja. Desejosos do estabelecimento de uma ordem pessoal e de uma disciplina social, trocaram o idealismo dos seus antepassados por um sólido realismo político, no ensino do qual Charles Maurras desempenhou um papel de primeira ordem. Ernest Psichari, fiel assinante dos *Cahiers de Péguy*, escreveu em 1913 o romance que o tornou célebre: *O Apelo das Armas*. Ele descreve aí um jovem soldado, Maurice, que se choca com as ideias pacifistas de seu pai, um professor. Ao discurso do pai prefere o do seu capitão, que não hesita em proclamar que "a guerra é divina". A palavra circulou doravante de um e do outro lado do Reno⁽¹⁷⁾.

O movimento das ideias, noutros países, testemunhava o mesmo renascimento de valores. Na Inglaterra, a obra de Rudyard Kipling aparecia como um hino ao imperialismo britânico. Nascido em 1865, pertencia à geração anterior, mas fez os mais novos admirar a moral militar, o heroísmo imperial tingido de dever religioso. A guerra dos Boers (1899-1902) tinha sido a oportunidade para os britânicos renovarem a literatura exaltando o espírito nacional⁽¹⁸⁾.

O nacionalismo emergente explodiu ainda mais claramente em Itália, nos escritos de D'Annunzio, Oriani ou Corradini. Exaltando a energia individual e nacional, estes autores assimilaram a guerra a uma obra natural. "As nações nasceram porque elas tiveram um antagonista e, de uma certa maneira, não são mais do que a consolidação de um estado de guerra permanente, de umas contra as outras", escreve Corradini. O movimento futurista, cujo manifesto foi publicado em 1909, exaltou também o belicismo⁽¹⁹⁾.

Por todo o lado se desenvolveram as justificações da guerra. Celebrada como uma selecção divina ou natural entre os povos, considerada simplesmente como inevitável, respeitada como última solução face às

⁽¹⁷⁾ *Idem, ibidem*, pp. 24-25.

^m *Idem, ibidem*.

⁽¹⁹⁾ *Idem, ibidem*.

ameaças que pairavam sobre a comunidade nacional, a guerra deixou de ser tabu. O século XIX tinha anunciado o seu desaparecimento progressivo, porque múltiplos factores pareciam concorrer para isso, em primeiro lugar, o desenvolvimento acelerado da indústria e do comércio.

Augusto Comte, na 57.^a lição do seu *Curso de filosofia positiva*, publicado em 1841, julgava "irrecusável" a emergência final de "uma era plenamente pacífica", enquanto Lamartine, no mesmo ano, escrevia a *Marselhesa da Paz* ("Nações! Palavra pomposa para dizer barbárie!"); por seu lado, Molinari, o economista, tanto como Victor Hugo, o poeta, anunciavam a "paz universal". No entanto, este optimismo fora seriamente perturbado pela guerra franco-alemã de 1870-1871, embora se pudesse pensar que se tratava de um conflito localizado, concluído com uma nova era de paz.

As ilusões caíram, umas após as outras, a partir de 1911: a guerra deixou de ser considerada como uma impossibilidade, uma vez que se acreditava cada vez mais que ela surgiria a curto prazo. Homens e organizações recusaram esta fatalidade mas revelaram-se cada vez mais impotentes para evitar o confronto. Uma habituação à ideia de guerra era favorecida por muitos escritos, mais elaborados ou vulgares, que a transformavam no instrumento de uma sobrevivência colectiva.

A política da Áustria-Hungria deveria consolidar um império no qual os jovens diplomatas compreendiam os problemas sociais e nacionais. Tratava-se de enraizar também um regime baseado na dinastia, no exército e na burocracia. A dezena de homens que compunham a *entourage* política do imperador Francisco José estava prestes a desencadear uma guerra para favorecer a dominação do império sobre os Balcãs, fragmentados em pequenos Estados fracos. Assim se rejeitava temporariamente toda a influência estrangeira, a da Rússia em primeiro lugar, aliada de Belgrado, mas também a da Alemanha, cujo peso económico se fazia sentir, cada vez mais, na região. Impedia-se a constituição de uma nova liga balcânica e esta dominação passava por meter na ordem a Sérvia. Ao pretender vencer este vizinho arrogante, a Áustria-Hungria procurava reafirmar-se como grande potência.

Torna-se ainda necessário sublinhar a aproximação "social-darwiniana" das relações entre os povos que tinham estes homens: os eslavos dos Balcãs eram considerados racialmente inferiores, mas teria que ser a luta - mesmo a guerra - a provar isso. Em 30 de Junho, ou seja,

dois dias após o atentado de Serajevo, o conde Berchtold chegou a Bad Ischl, onde permanecia o imperador. Amigo muito próximo de Francisco Fernando, o ministro dos Negócios Estrangeiros optou por uma resposta militar à agressão. Até então, ele fazia parte dos "moderados" da Corte. A posição do chefe de estado-maior, Conrad von Hotzendorf, é ainda mais categórica. Ela resume-se em três palavras, escreve Bertchold: "A guerra, a guerra, a guerra". Para aquele chefe das forças armadas, era preciso restaurar a grandeza militar da Áustria-Hungria, posta em causa após a derrota de Sadowa, face aos prussianos, em 1866; e reparar a "ocasião perdida" de 1908, quando Viena anexou a Bósnia-Herzegovina mas não regulou pelo uso das armas a questão do expansionismo sérvio. O assassinato do arquiduque serviu de pretexto a uma guerra já antes pretendida por Viena⁽²⁰⁾.

Nas exéquias de Francisco Fernando, o imperador não convidou nenhum dos chefes de Estado da Tríplice Entente, com receio de que eles procurassem moderar a sua política face à Sérvia. Francisco José escreveu a Guilherme II para o interrogar sobre o eventual apoio alemão em caso de conflito. Dois dias depois (4 de Julho), delegou junto deste um emissário (o conde Hoyos), com a finalidade de conhecer a posição de Berlim se Viena tentasse "eliminar a Sérvia como potência política nos Balcãs". A este enviado, Guilherme II declarou que a monarquia dos Habsburgos só estaria ao abrigo da agitação paneslava se a Sérvia fosse eliminada. Informou-o ainda de que o seu apoio a Viena seria total, mesmo se houvesse uma intervenção da Rússia.

Decorreram duas semanas antes do envio do *ultimatum*, porque era necessário convencer o Primeiro-ministro húngaro, o conde Tisza, partidário da via diplomática, e sobretudo porque os soldados acabavam de gozar a sua licença, após o trabalho nas ceifas, facto que atrasara o seu regresso aos quartéis antes de 21 ou 22 de Julho. Por outro lado, o Presidente da República francesa, Raymond Poincaré, estava com o seu Presidente do Conselho de ministros, René Viviani, em viagem a São Petersburgo. Como a França era aliada da Rússia e da Sérvia, era preferível esperar que eles terminassem a visita ao Czar. Durante essas duas semanas, o chefe de estado-maior austríaco esforçou-se por

⁽²⁰⁾ Pierre Grosser, *ob. cit.*, pp. 26-27.

disfarçar os preparativos militares austro-húngaros e alemães, para evitar toda a forma de mobilização da Tríplice Entente.

Pouco importava que a Comissão mandatada para fazer um inquérito sobre o atentado de Serajevo tenha concluído, a 13 de Julho, que não se podia provar a culpa do governo sérvio. A decisão final em favor da guerra foi tomada em 19 de Julho, no decurso de um Conselho de ministros na residência privada de Bertchold. Foi decidido enviar um *ultimatum* a 23 desse mês. Neste documento, Viena pedia, de forma muito dura, que Belgrado fizesse todos os esforços para reencontrar os autores do assassinato e que assumisse o compromisso de acabar com a propaganda anti-austriaca no seu território, através do controlo dos próprios agentes da Áustria que seriam enviados para a Sérvia.

A resposta sérvia chegou, negativa sobre o segundo ponto, em 25 de Julho. Para evitar que uma solução diplomática pudesse surgir, e enquanto Viena e Berlim tomavam conhecimento das primeiras medidas militares russas, Bertchold informava Francisco José da ocorrência de um incidente fronteiriço: soldados sérvios tinham disparado sobre as tropas imperiais da margem esquerda do Danúbio - estranhamente, o exército da Sérvia parece não ter deixado qualquer marca deste incidente. É claro que tal incidente não teve lugar.

Em 28 de Julho, Francisco José assinou a declaração de guerra. O seu ajudante de campo (coronel Marguti), descreveu um imperador pacífico levado à guerra pelas circunstâncias e pela sua *entourage*. O velho homem tinha ficado nas mãos dos "falcões" da Corte desde 1913. Ele não ia às reuniões mais importantes do Conselho de Ministros, mas estava de acordo com as suas conclusões e mandava-as aplicar. Quando o seu responsável pelas Finanças lhe fez notar, em 20 de Julho, que o *ultimatum* enviado aos sérvios significava uma guerra europeia, Francisco José respondeu. "Sim, eu sei, a Rússia não pode aceitar uma tal nota". Todavia, colocou a sua assinatura na declaração de guerra, levado pela irracionalidade voluntarista de preservar simultaneamente a honra e a existência da monarquia. Em fins de Julho, tinha declarado ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros: "Se a monarquia deve morrer, deve ao menos morrer dignamente". Esta forma de suicídio deveu-se, sem dúvida, ao facto de a Áustria estar essencialmente centrada sobre a guerra contra a Sérvia, sem tomar verdadeiramente consciência das realidades diplomáticas e militares da Europa no seu conjunto. Assim, o atentado de Serajevo despoletou o confronto que surgiu como forma de

superação das contradições políticas, económicas, ideológicas e culturais existentes nos Balcãs e no continente europeu.

A batalha do Marne veio acabar com as ilusões de uma guerra curta e vitoriosa contra a Alemanha⁽²¹⁾. Os historiadores ficam surpreendidos com o facto de, nos primeiros dias de Agosto de 1914, ninguém ou quase ninguém ter pensado que a guerra seria longa ou que poderia acabar numa derrota. Os mobilizados estão longe de ter partido para a guerra com o entusiasmo muitas vezes descrito, mas em todo o caso deram provas de uma admirável confiança numa vitória obtida em algumas semanas e de um desconhecimento incrível dos sacrifícios que lhes iriam ser pedidos. O incidente que levaria as forças francesas a tomar facilmente Mulhouse, na Alsácia, na noite de 7 de Agosto, contribuiu para o aumento das ilusões acerca de uma vitória fácil sobre os alemães. A imprensa celebrou o acontecimento, o que contribuiu para o aparecimento de uma vaga de entusiasmo. De facto, na maioria dos casos, a tomada de Mulhouse foi acolhida com grande alegria. Contudo, a Alsácia não tinha grande significado militar e a cidade caiu de novo nas mãos dos alemães na noite de 9 de Agosto, no momento em que se celebrava ainda a sua conquista. O anúncio inflamado da conquista de Mulhouse é revelador das ilusões a que os franceses se entregavam. O final de Agosto de 1914 foi o das ilusões perdidas. Os exércitos franceses viram-se forçados a um recuo catastrófico face à ameaça da ofensiva alemã através da Bélgica, o que fez temer o desastre.

A retirada geral do exército francês, reforçado por um pequeno corpo expedicionário britânico, não se tinha transformado em derrota. A ala direita alemã, muito enfraquecida pelos combates, tomava a direcção do sudeste em vez de contornar Paris. Foi então que o general Joffre pôde lançar uma contra-ofensiva que deu início à batalha do Marne, a qual se desenrolou entre 6 e 13 de Setembro. Um gigantesco combate travou-se então entre franco-ingleses e alemães, terminando com o recuo destes últimos. Não era, porém, "uma grande vitória", mas

⁽²¹⁾Nos inícios de Setembro, as tropas francesas e inglesas detiveram os alemães na batalha referida. Os táxis de Paris foram requisitados para transportar rapidamente 4 000 homens para a frente de batalha. O papel dos "táxis do Marne" é marginal, mas não deixa de simbolizar a determinação francesa na defesa do seu território e populações. Cf. Jean-Jacques Becker, "La Bataille de la Marne ou la fin des illusions", in *ob. cit.*, pp. 32-35.

simplesmente "uma vitória". A Igreja católica procurou tirar partido da vitória na batalha, que se teria ficado a dever a uma intervenção divina, e o próprio Maurice Barrés, num artigo publicado no *L'Echo*, escrevia sobre "o eterno milagre francês, o milagre de Joana d'Arc, a santa e patrona da França". Deixando de lado esta retórica pseudo-religiosa, assumida também por alguns bispos, a batalha do Marne mudou o curso da guerra: à guerra de movimento sucedeu a guerra de posições, ou de trincheiras. Por outro lado, terminava a guerra das ilusões e começava a guerra das realidades. A batalha do Marne marcou, de facto, o fim das ilusões. Os franceses tinham compreendido agora que a guerra seria talvez vitoriosa, mas que seria longa, mesmo se eles ainda medissem mal a sua duração. Com a batalha do Marne terminava uma época e iniciava-se uma outra marcada pela dura realidade. O desenvolvimento dos nacionalismos, a expressão das ideologias belicistas, as rivalidades entre Estados e a luta dos imperialismos criaram - como se viu - as condições para as origens da guerra desencadeada pelo atentado de Serajevo. O contexto geopolítico na Europa da altura não permitia que o conflito fosse simplesmente localizado e de curta duração, como alguns erradamente pensaram. Tempos difíceis esperavam a Europa e o Mundo...